



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2019
(Do Sr. JESUS SÉRGIO)

“Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca das constantes mudanças que vem sendo promovidas pelo governo federal em conselhos diretivos e consultivos nas diversas áreas da administração federal”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca das constantes mudanças que vem sendo promovidas pelo governo federal em conselhos diretivos e consultivos nas diversas áreas da administração federal, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Por que o governo Bolsonaro tem dado tanta ênfase da redução e até extinção de conselhos de representação popular nos diversos ministérios?
- b) Quais são os benefícios para o país a determinação do governo federal de não permitir ou limitar a participação da sociedade com essas mudanças nos conselhos?
- c) Quantos e quais são os conselhos diretivos e/ou consultivos que sofreram redução de seus membros ou até foram extintos desde a posse do atual governo em 1º de janeiro desse ano?

JUSTIFICAÇÃO

Desde sua instalação, em 1º de janeiro do ano em curso, o governo Bolsonaro tem dado declarações e efetivado sucessivos ataques aos conselhos de representação popular presentes nas diversas áreas da administração pública federal.





Na contramão dos princípios democráticos que estabelecem a participação cada vez maior da sociedade nas decisões de governo, o atual executivo federal tem primado por diminuir o tamanho dos conselhos nas mais variadas áreas da administração pública federal e em alguns casos, até extinguir, como aconteceu com o Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), mesmo que esses conselhos sejam apenas consultivos, isto é, o governo não é obrigado a executar suas decisões, que não são mais que apenas sugestões para orientar a execução das políticas públicas. Além disso, o governo tem seus representantes que podem barrar deliberações de qualquer conselho.

Os conselheiros consultivos não recebem salários, o que poderia ser usado como justificativa para reduzir custos. Na verdade o valor maior dos conselhos num regime democrático é que eles representam os anseios da sociedade na execução das políticas governamentais e reforçam a democracia por meio da participação popular nas esferas de poder.

Mudanças têm sido promovidas rotineiramente. Em um dos primeiros atos após a posse em janeiro de 2019, o atual governo decretou a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Em maio um decreto alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), principal órgão consultivo do Ministério do Meio Ambiente e responsável por estabelecer critérios para licenciamento ambiental e normas para o controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente.

Depois veio o anúncio da redução do número de representantes da sociedade civil e da indústria cinematográfica no Conselho Superior do Cinema; o fim das vagas destinadas a especialistas e integrantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. E assim, sucessivamente, a representação popular vai perdendo espaços democráticos de participação nas esferas governamentais.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO

